

Poder-saber e cor: as crônicas de Lima Barreto e os discursos racista-científicos no Brasil do início do século XX

Fernando Zanaga*

Universidade Estadual de Campinas – Unicamp

RESUMO

Michel Foucault (2010) identifica que, durante o século XIX, emerge na Europa o racismo de Estado e moderno, pautado em revigorados discursos racista-científicos. O Brasil, recém-saído do regime escravista e do sistema monárquico, apresenta uma nova elite que recorre às ideias e práticas europeias buscando modernizar o país. Dentre os discursos europeus, que circulam e reverberam na sociedade brasileira da Primeira República, estão os discursos racista-científicos. A partir dos conceitos de poder-saber, da relação entre discurso científico e verdade elaborados por Foucault (2014a, 2014b, 2019), este artigo pretende identificar as estratégias argumentativas que o literato negro Lima Barreto empregou em suas crônicas para combater e desacreditar os discursos racistas.

PALAVRAS-CHAVE: Michel Foucault. Lima Barreto. Poder. Saber. Racismo.

ABSTRACT

Michel Foucault (2010) identifies the rise of the state and modern racism in nineteenth-century Europe, which was based on revived scientific racist discourses. Since Brazil had recently abolished slavery and the monarchy had been replaced by a republican regime, a new political elite was attempting to conduct a modernization process by transplanting European practices and ideas. The theories of scientific racism were among the European discourses that spread within the Brazilian society. Based on the concepts of power-knowledge and the relation between scientific discourse and truth created by Foucault (2014a, 2014b, 2019), this article intends to identify the argumentative strategies used in Lima Barreto's chronicles in order to debunk the racist discourses.

KEYWORDS: Michel Foucault. Lima Barreto. Power. Knowledge. Racism.

Introdução: o Brasil republicano e os discursos racista-científicos

As décadas finais do século XIX apresentam dois marcos na história do Brasil: o fim da escravidão e a mudança da monarquia para a república. A nova elite, que domina o Estado brasileiro a partir de 15 de novembro de 1889, aspira por enterrar o passado recente, e as marcas do que considerava um país arcaico e atrasado. Os seguintes versos do Hino de Proclamação da República, de 1890, atestam esta aspiração: “Nós nem cremos que escravos outrora/Tenha havido em tão nobre País.../Hoje o rubro lampejo da aurora/Acha irmãos, não tiranos hostis.”¹ Dois anos após a abolição e poucos meses após a proclamação da república, um dos novos símbolos do país já tenta diminuir a importância de dois fatores (a escravidão e o regime monárquico), que perduraram por quase quatro séculos, para a construção do Brasil.

1. BRASIL. **Hinos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/acervo/simbolos-nacionais/hinos>>. Acesso em: 12 ago. 2020.

* fernando.zanaga@gmail.com

Recebido em 30/08/2020
Aprovado em 12/10/2020

Para construir uma nova imagem para o país e projetar um novo futuro – um país moderno e desenvolvido – a elite volta-se para a Europa, e as práticas desenvolvidas na *Belle Époque* (1871-1914). (SEVCENKO, 2003) A adoção de práticas e hábitos culturais europeus, além de reforçar a diferenciação social da elite, também servia para justificar a dominação sobre os grupos subalternos. Como destaca Needell (1993, p. 184): “A adoção das maneiras franco-inglesas legitimou de modo novo, com efeito, as relações tradicionais entre senhores e escravos, brancos e negros, patrões e clientes, europeus e não-europeus, elite e todos os demais.”

Dentre as ideias europeias que circulam entre a elite brasileira destaca-se o darwinismo social. Após o naturalista inglês Charles Darwin (1809-1882) publicar *A origem das espécies* (1859), muitos cientistas passaram a fazer uso das ideias de Darwin. Deve-se destacar que o naturalista inglês defendeu em suas obras que a espécie humana teria uma mesma origem e que as espécies mudavam com o passar do tempo através da seleção natural (rebatendo a ideia defendida pelos discursos² racistas da época, que acreditavam no caráter imutável das espécies). Schwarcz (2017a, p. 335, nota 14) ressalta que estudiosos da obra de Darwin como Jay Gould afirmam que Darwin não teria utilizado, de propósito, o termo evolução, mas somente termos como ‘acaso’ e ‘seleção natural’. Contudo, ao encerrar a nota, Schwarcz afirma que Darwin adotou um posicionamento explicitamente evolucionista social em obras posteriores à *A origem das espécies*.

De acordo com Bethencourt (2018, p. 405), as ideias de Darwin não deixariam espaço para “raças inferiores mais próximas dos símios³”. Além disso,

Darwin recusava-se explicitamente a classificar os diferentes grupos de seres humanos como espécies, dedicando-se a uma longa explanação sobre as semelhanças entre eles para concluir que as modificações eram resultado direto da exposição a diferentes condições ou então resultado indireto de alguma forma de seleção (BETHENCOURT, 2018, p. 407).

O sucesso das ideias de Charles Darwin levou a mudanças nas teorias dos defensores das diferenças raciais. Porém, muitos cientistas conseguiram formular novos discursos racistas incorporando ideias de Darwin. As propostas e conceitos de Darwin passaram a ser aplicados em várias disciplinas sociais e usados como parâmetros para a análise das sociedades humanas, formando o social-darwinismo (SCHWARCZ, 2017a, p. 72).

O darwinismo social pode ser definido como a: “aplicação das leis da teoria da seleção natural de Darwin na vida e sociedade humanas” (BOLSANELLO, 1996, p. 154). O darwinismo social postula que os seres humanos são desiguais por natureza, dotados de aptidões ou inap-

2. Neste artigo, utilizamos a definição de Foucault (1999, p. 10) sobre discurso: “[discurso] não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”

3. Bethencourt (2018, p. 408) também ressalta que Darwin era um ferrenho abolicionista, apesar de acreditar “claramente nas qualidades superiores dos brancos”.

tidões inatas. A vida humana seria uma sucessão de lutas, onde os mais capazes (indivíduos ou raças) enriquecem, ocupam posições de liderança na sociedade, enquanto os incapazes fracassam, são dominados e vivem na pobreza. Schwarcz (2017a, p. 78) destaca que o darwinismo social (também chamado pela autora de teoria das raças) considerava as raças como “fenômenos finais, resultados imutáveis, sendo todo o cruzamento, por princípio entendido como um erro.” O darwinismo social defenderia e enalteceria os ‘tipos puros’ e encararia a miscigenação como degeneração racial e social. Os darwinistas sociais, ainda de acordo com Schwarcz (2017a, p. 81), defendiam que “a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela ‘diferença’, e em raças cujo potencial seria ontologicamente⁴ diverso.”

Reconhecido como um dos criadores do darwinismo social, o sociólogo inglês Herbert Spencer (1820 - 1903) baseou-se na ideia de evolução progressiva para defender a diferença entre grupos sociais e raciais, advogando a sobrevivência do mais apto. Spencer (1939, p. 27), aplicando o conceito de evolução, afirma que a humanidade, afetada por condições diferentes, se diferenciou em raças.

É inegável que, desde o período em que a terra foi povoada, aumentou a heterogeneidade do organismo humano entre os grupos civilizados da espécie; também a heterogeneidade desta última, considerada como um todo, aumentou por virtude da multiplicação das raças e da sua diferenciação entre si.

Como prova da primeira tese, podemos citar o fato de que no desenvolvimento relativo dos membros, os homens civilizados se afastam muito mais dos tipos placentários que as raças humanas inferiores. As pernas dos *papuas*, que têm frequentemente os braços e o corpo bem desenvolvidos, são muito curtas, lembrando os quadrúmanos, que não oferecem grande contraste no tamanho das extremidades torácicas e das abdominais. Nos *européus*, pelo contrário, é muito visível o maior comprimento e robustez das pernas, apresentando-se neles, portanto, uma maior heterogeneidade entre estas extremidades e as superiores. Outro exemplo da mesma verdade é a diferente relação que existe entre o desenvolvimento dos ossos do crânio e os da face, no selvagem e no homem civilizado.

Aliás, foi Spencer e não Darwin⁵ que cunhou o termo ‘seleção do mais apto’ (BERGO, 1993, p. 76; BOLSANELLO, 1996, p. 154). Para Spencer, os grupos sociais e raciais que ocupavam a base das sociedades humanas, seriam atrasados físico, material e mentalmente, por deficiências em sua estrutura biológica (BETHENCOURT, 2018, p. 411).

Invariavelmente, as raças brancas europeias ocupavam o topo das classificações raciais desenvolvidas no período. O conceito de raça e as diferentes classificações raciais operam numa lógica que realiza distinções e cortes no campo biológico da humanidade (FOUCAULT, 2010, p. 214). A hierarquia das raças, a classificação de certas raças como boas e desejáveis e seu reverso, as raças inferiores e indesejáveis, esquadrinha e divide tanto os habitantes de

4. Ou seja, os indivíduos seriam “prisioneiros” da sua herança, diminuindo o espaço de livre arbítrio.

5. A expressão *survival of the fittest* teria sido incorporada apenas na quinta edição de *A origem das espécies*, em 1869 (BERGO, 1993, p. 56).

uma população nacional quanto populações de diferentes regiões do planeta. De acordo com Foucault (2010, p. 52), no final do século XIX, teria surgido um novo discurso racial, de caráter biopolítico: “Temos de defender a sociedade contra todos os perigos biológicos dessa outra raça, dessa sub-raça, dessa contrarraça que estamos, sem querer, constituindo”.

Acompanhando os discursos biológico-racistas também são desenvolvidas teorias sobre a degenerescência. De acordo com Schwarcz (2017a), o conceito de degeneração passa a ser aplicado para denominar os desvios das espécies originais. Desvios que, por sua vez, sempre teriam um caráter patológico. Assim, o cruzamento entre raças diferentes seria entendido como um erro, pois resultaria em um ser enfraquecido, débil. Os discursos racistas defendem a superioridade dos “tipos puros” e das raças brancas europeias. Estas raças manteriam a superioridade enquanto fosse possível evitar o cruzamento com povos de raças inferiores, porque o resultado seria sempre o mesmo: degeneração (SCHWARCZ, 2017a).

Foucault assinala que no século XIX teria surgido o racismo de Estado⁶, de face moderna e biologizante: “um racismo que uma sociedade vai exercer sobre ela mesma, sobre seus próprios elementos, sobre seus próprios produtos; um racismo interno, o da purificação permanente, que será umas das dimensões fundamentais da normalização social” (FOUCAULT, 2010, p. 52-53).

Neste momento, os Estados nacionais passam a se preocupar em preservar a “pureza racial” de determinados grupos sociais, pois pureza racial seria um fator determinante para o sucesso de um país. Muitos autores do final do século XIX, passam a analisar o desenvolvimento histórico de determinadas sociedades de acordo com a suposta composição racial da mesma. Nesta lógica, os países europeus exerceriam uma posição de primazia no mundo, devido às vantagens biológicas de serem compostos por populações de raça branca. Enquanto isso, outros países, devido à mistura racial ou por serem compostos por raças inferiores, nunca conseguiram atingir elevados graus de desenvolvimento social. Conforme destaca Schwarcz (2017a, p. 83), de acordo com essa visão, muitas regiões do mundo nunca alcançariam a civilização por serem compostas por sub-raças, raças mestiças, raças inferiores.

A elite brasileira então transplanta as ideias racistas de lastro científico aceitas na Europa para o Brasil. Desta maneira, a elite republicana (branca) conseguia justificar a sua primazia social na sociedade brasileira, sociedade composta, sobretudo, de mestiços e negros.

O presente artigo não visa discutir como, ao defender a hierarquia racial, a superioridade do branco e a impossibilidade de países com altos percentuais de populações não brancas alçarem um grande desenvolvimento, a elite colocava em dúvida o próprio projeto de modernização do Brasil, e nem como a intelectualidade brasileira da época (proveniente, em sua maioria, da elite) buscou solucionar esse impasse. É objetivo deste artigo apresentar como os discursos racistas repercutiram e circularam na sociedade brasileira do início do século XX, a

6. “[...] o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (FOUCAULT, 2010, p. 217).

partir das crônicas do escritor Lima Barreto. Ademais, o artigo busca enfatizar as estratégias com as quais Lima Barreto combateu os discursos racistas, segundo os conceitos desenvolvidos por Foucault que articulam a relação entre poder, saber e verdade nos discursos.

As crônicas de um literato negro

Nas décadas finais do século XIX, os jornais constituíam o principal meio de comunicação no Brasil, apesar dos elevados índices de analfabetismo. De acordo Chalhoub, Neves e Pereira (2005), o costume de leitura dos jornais em voz alta e em grupos permitia a circulação, entre os diversos estratos sociais, dos assuntos e discussões presentes na mídia impressa da época, contornando, desta maneira, a barreira do analfabetismo.

De acordo com Needell (1993, p. 221), no último quarto do século XIX teriam sido criados os primeiros jornais que de fato tinham números expressivos de circulação. Lilia Schwarcz (2017b, p. 195) comprova o grande crescimento da imprensa carioca ao elencar que entre 1890 e 1899 teriam sido criados quinze jornais no Rio de Janeiro, enquanto que, entre 1900 e 1908, o número de novos jornais salta para cinquenta e dois.

Flora Süssekind (1987) ressalta que, neste momento, colaborar para um jornal permitiria aos escritores se profissionalizarem. Além disso, ao contribuir regularmente com a imprensa, os literatos poderiam aumentar seu prestígio e influência política (SÜSSEKIND, 1987; PEREIRA, 2005). Sevcenko (2003, p. 273-274, 284) observa que os escritores vislumbrariam no ofício literário uma oportunidade de redefinir os valores sociais vigentes durante a Primeira República.

Marie-Ève Thérenty (2006) descreve a crônica como o gênero que simbolizaria o cotidiano e representaria a relação entre o escritor e o leitor. Chalhoub, Neves e Pereira (2005, p. 13, 17) ressaltam que, se por um lado os cronistas escolhiam assuntos do cotidiano que lhes permitissem discutir questões que lhes interessavam de forma a influenciar as interpretações dos leitores, por outro, os leitores também influenciavam o escritor, pois o último buscava formas de atender às expectativas e aos interesses daqueles.

Esta particularidade da crônica, a interlocução, explica por que as crônicas de Lima Barreto são adequadas para se analisar as estratégias do autor para combater as ideias racistas que circulavam no Brasil.

Afonso Henriques de Lima Barreto ocupava uma posição peculiar no campo literário da época. Em primeiro lugar, Lima Barreto teria sido o primeiro literato brasileiro a se reconhecer como negro e essa identidade transparece em sua literatura, “uma literatura que se pretende negra⁷, suburbana e pobre.” (SCHWARCZ, 2010, p. 27). A obra literária de Lima Barreto, aproxi-

7. De acordo com Schwarcz (2017b, p. 415), Lima Barreto faria uma literatura negra não apenas por ser afrodescendente, “mas porque sua literatura era universal e brasileira ao tratar de personagens ‘negros’, ‘morenos’ e com todas as variações de cor, e ao trazer enredos em que essas populações, embora sofressem com o preconceito arraigado, levavam a vida, criavam, cultuavam seus deuses, decoravam suas casas, cantavam suas músicas, vestiam-se para os dias feriados, divertiam-se com suas festas.”

mava-o do brasileiro ordinário, das camadas mais humildes da sociedade brasileira, observam Prado (1989) e Sevckenko (2003).

O próprio escritor revela em seu diário que pretendia escrever a “História da Escravidão Negra no Brasil e sua influência na nossa nacionalidade”, além de ter planos, nunca concretizados, de escrever um romance que descreveria “a vida e o trabalho dos negros em uma fazenda. Será uma espécie de *Germinal negro*”, porém com mais doses de epopeia (LIMA BARRETO, 2011, p. 12, 47). Lima considera que esta seria sua obra-prima e revela que o amor pelas pessoas negras resultaria em uma espécie de “negrismo”:

Essas ideias que me perseguem de pintar e fazer a vida escrava com os processos modernos do romance, e o grande amor que me inspira – pudera! – a gente negra, virá, eu prevejo, trazer-me amargos dissabores, descomposturas, que não sei se poderia me por acima delas. [...] Dirão que é negrismo, que é um novo indianismo, e a proximidade simplesmente aparente das coisas turbará todos os espíritos em meu desfavor; [...] Mas... e a glória e o imenso serviço que prestarei a minha gente e parte da raça a que pertencço. Tentarei e seguirei adiante. “*Alea jacta est*” (LIMA BARRETO, 2011, p. 48).

Resende (1993, p. 18) destaca que, a independência de Lima Barreto em relação à elite, aos grandes jornais e mesmo em relação ao próprio circuito literário, era pouco comum para escritores e intelectuais do período. Lima Barreto foi um dos principais colaboradores da revista *Careta*, que tinha uma grande circulação (não restrita somente às grandes capitais), por vezes contribuindo com mais de uma crônica para a mesma edição. Conforme realçado por Corrêa (2013, p. 78), as contribuições para a *Careta* posicionariam Lima Barreto como um dos escritores com mais leitores em nível nacional no início do século XX.

Lima Barreto e o combate às teorias racistas

Lima Barreto utilizou várias estratégias para denunciar e combater o racismo em suas crônicas: evidenciou os regulamentos que excluía negros da polícia do estado de São Paulo na crônica *São Paulo e os estrangeiros* [1]⁸; criticou os projetos de reforma urbana do Rio de Janeiro⁹ que dividiriam a cidade em duas: uma “europeia”, branca, desenvolvida, cartão postal do Brasil, e outra “indígena” negra, marginalizada em *O prefeito e o povo* (LIMA BARRETO,

8. Nesta crônica, faz a seguinte observação: “A influência dos estrangeiros [imigrantes europeus], diziam, fez de São Paulo a única coisa decente do Brasil” (LIMA BARRETO, 2004, v.1, p. 290). O escritor, ao utilizar sujeito oculto, sugere que a superioridade da raça branca seria um lugar comum da época.

9. Lima Barreto criticava as comparações entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro que motivavam também as reformas urbanas. Ele reforça o caráter racista destas comparações, pois a capital argentina seria superior à brasileira devido à ausência de negros, conforme pontua em *A volta*: “A grande cidade do Prata tem um milhão de habitantes; a capital argentina tem longas ruas retas; a capital argentina não tem pretos; portanto, meus senhores, o Rio de Janeiro, cortado por montanhas, deve ter largas ruas retas [...] o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante quase três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos” (LIMA BARRETO, 2004, v.1, p. 166).

2004, v. 2); denunciou a repressão policial às práticas religiosas de matriz africana em *Iaiá das Marimbas* (LIMA BARRETO, 2004, v. 2) ; descreveu como o racismo estava presente no futebol e como os governos brasileiros se utilizavam do esporte para criar uma imagem branca do país em *Meu conselho* (LIMA BARRETO, 2004, v. 2); em *A Caravana*¹⁰ evidenciou o racismo presente em marchinhas de carnaval.

Porém, esse artigo vai tratar como Lima Barreto combateu as teorias racistas que circulavam no Brasil através de estratégias argumentativas que evidenciam as relações entre poder-saber, ciência e verdade, evidenciadas posteriormente por Michel Foucault. Nesta luta contra a discriminação, o escritor carioca recorre à ciência enquanto questiona a cientificidade dos discursos racistas.

Na crônica *O patriotismo*, publicada no jornal **Correio da Noite** em 21 de dezembro de 1914, Lima questiona se o conceito de raça respeitaria os métodos científicos¹¹:

Quanto à raça, os repetidores das estúpidas teorias alemãs são completamente destituídos das mais elementares noções de ciência, senão saberiam perfeitamente que a raça é uma abstração, uma criação lógica, cujo fim é fazer o inventário da natureza viva, dos homens, dos animais, das plantas, e que, saindo do campo da história natural, não tem mais razão de ser (LIMA BARRETO, 2004, v.1, p. 125).

No parágrafo seguinte da crônica, desenvolvendo seu argumento, Lima Barreto recorre a Lamarck¹²:

Lamarck, que entendia muito bem dessas coisas, e não tratou nunca de vender sua *camelote*, diz, na sua *Filosofia zoológica*, que a natureza não formou realmente nem classes, nem ordens, nem espécies constantes, mas unicamente indivíduos, que se sucedem uns aos outros, e que assemelham àqueles que os têm produzido (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 125).

Assim, Lima Barreto opõe-se aos discursos científicos que defendem a existência e a hierarquia entre raças, fazendo uso de outros discursos científicos para negar o valor de verdade e, conseqüentemente, a cientificidade dos primeiros.

Foucault estabelece a relação entre poder e verdade: a verdade seria produzida e atuaria sobre o poder, pois todo poder e toda autoridade chamam para si a verdade, falam em nome da verdade, fazem-se respeitar por serem fundados em verdade (VEYNE, 2011, p. 154).

10. LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. A caravana. *Floreal*: publicação bimensal de crítica e literatura, Rio de Janeiro, Anno I, n.1, p. 29-32, out. 1907. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164623&pagfis=1>>. Acesso em: 24 out. 2020.

11. Por método científico, o presente artigo faz referência às práticas de observação, experimentação, formulação de hipóteses etc., pautadas pela imparcialidade e objetividade.

12. Jean-Baptiste-Pierre-Antoine de Monet, cavaleiro de Lamarck (1744-1829), biólogo francês cuja formulação mais famosa é aquela de que os caracteres adquiridos em função do meio são transmitidos geneticamente aos descendentes. Esta teoria ficou conhecida como lamarckismo. A partir dela seria possível explicar as transformações ocorridas nas espécies ao longo do tempo. Sua principal obra, *Filosofia Zoológica*, foi publicada em 1809.

Assim, conforme sintetiza Paul Veyne (2011, p. 167), acerca das relações entre poder e verdade estabelecidas por Foucault: “o que é tido por verdadeiro se faz obedecer.”

Foucault (2019, p. 52) destaca que cada sociedade estabelece o próprio regime de verdade, ou seja, cada sociedade apresenta critérios que validam discursos reconhecidos como verdadeiros e deslegitimam os falsos. São específicos de cada sociedade:

os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos; a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade [...] (FOUCAULT, 2019, p. 52).

Esse regime de verdade seria essencial para o funcionamento de qualquer sociedade. Nas sociedades ocidentais (e, por consequência, a brasileira), a verdade e o regime de verdade seriam formatados através do discurso científico e das instituições produtoras desses discursos (FOUCAULT, 2019, p. 45). Ao utilizar o termo verdade, Foucault (2019, p. 53) esclarece que não utiliza o termo como: “‘o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar’, mas o ‘conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder’.” Aos intelectuais caberia funcionar dentro dessas regras, produzindo discursos que se adequassem àquilo tido como verdadeiro ou lutando para estabelecer um novo regime de verdade. O filósofo esclarece que a luta na qual os intelectuais tomam parte:

não se trata de um combate ‘em favor’ da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha. É preciso pensar os problemas políticos dos intelectuais não em termos de ‘ciência/tecnologia’, mas em termos de ‘verdade/poder’ (FOUCAULT, 2019, p. 53).

Assim, Foucault (2019, p. 279) estabelece que verdade e poder caminham juntos, são elementos indissociáveis, pois “a própria verdade é poder”. Inclusive, só seria possível, em qualquer sociedade, exercer o poder mediante a produção da verdade.

Outra característica do poder descrita por Foucault (2014b) é a produção de saber. Poder e saber também estariam intimamente ligados, porque não existiria relação de poder sem a constituição de um campo de saber, ao mesmo tempo em que a existência de um saber pressupõe e constitui relações de poder. Logo, seria formado um tríptico inseparável: poder-saber-verdade. Os elementos do tríptico agem uns sobre os outros, em um processo de sobre-determinação, em um ciclo contínuo de transformações, adequações e readequações.

Nas sociedades ocidentais, o discurso científico articula-se nas relações entre poder-saber-verdade. Podemos considerar que Lima Barreto valia-se desta relação, percebendo que o poder do discurso científico advém da percepção da sociedade de que este enuncia a verdade e, por isso, se faz obedecer. Portanto, uma das suas estratégias de combate ao

racismo é questionar o regime de verdade dos discursos científicos racistas, argumentando que estes não respeitam os rituais de verdade, por conseguinte, eles não poderiam ser considerados científicos (e verdadeiros).

Para adentrar nas regiões do discurso, para fazer parte do grupo daqueles que podem formular questões e enunciados, Lima Barreto segue os rituais que definem os gestos e os comportamentos que qualificam quem fala: “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências, ou não for, de início, qualificado para fazê-lo.” (FOUCAULT, 1999, p. 37) O escritor carioca compreendeu que os discursos não podem ser dissociados do ritual “que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos.” (FOUCAULT, 1999, p. 39).

Assumindo o papel de escritor e de intelectual, Lima se coloca em posição, estabelecendo que segue os rituais que garantam o valor de verdade dos discursos científicos. Assim, opõe uma “ciência boa”, não racista, que respeita os princípios científicos (vale ressaltar que tais princípios são definidos pelo próprio campo científico) e, portanto, verdadeira, à “má ciência”, racista, que produz discursos falsos e que, por este motivo, não deveria ter poder no campo social.

A estratégia do escritor é evidenciada na crônica *Considerações oportunas*, publicada no periódico A.B.C., em 16 de agosto de 1919. Utilizando-se da obra *Le Préjugé des Races* (1906) do filósofo e publicista polaco-francês Jean Finot¹³ para reforçar sua argumentação, Lima Barreto (2004, v. 1, p. 583) classifica as teorias raciais como falsas:

Nada mais falso do que apelar para a Ciência em tal questão [a questão racial]. Cada autor faz um poema à raça de que parece descender ou com que simpatiza, por isto ou aquilo. Os seus dados, as suas insinuações, os seus índices todo aquele amontoado de coisas heteróclitas [...] são interpretados ao sabor da paixão oculta ou clara de cada dissertador.

O escritor ressalta que as teorias raciais não seriam científicas por não atenderem ao critério da imparcialidade (já que os defensores destas teorias têm simpatias por uma ou outra raça e seus discursos seriam impregnados de paixões) e seriam baseadas em coisas que Lima tem dificuldade de reconhecer como dados (seriam insinuações, coisas heteróclitas). Ressaltando a parcialidade dos defensores do racismo científico, o cronista observa:

Esses senhores que edificaram essas teorias de irremediável desigualdade de raças são tenazes e ferrenhos em remover todas as diferenças desta ou daquela natureza que possam separar o homem do macaco; mas, em compensação, são também tenazes e ferrenhos em acumular antagonismos entre os brancos e negros. Às vezes mesmo, fazem enormes esforços para justificar, em teorias sociais, ódios de grupos humanos contra outros que, entretanto, têm diversa origem (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 585).

13. Lima reproduz no primeiro parágrafo uma frase de Finot: “La conception jadis innocente des races a jeté comme un linceul tragique sur la surface de notre sol” (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 582).

Ainda nesta crônica, Lima Barreto (2004, v. 1, p. 583) novamente ressalta a falta de critérios e padrões científicos de tais teorias pois: “O critério mesmo de raça não é fixo de um autor para outro: e eles se emaranham numa porção de divisões e subdivisões, segundo esta ou aquela característica, abandonando aquela ou esta indicação do corpo humano estudado”.

Lima Barreto (2004, v. 1, p. 538) continua a questionar a credibilidade das teorias raciais e recorre ao naturalista e botânico sueco Lineu:¹⁴ “um grande naturalista, creio que Lineu disse: “A natureza não tem raças nem espécies; ela só tem indivíduos.” O escritor argumenta ainda que classificações provenientes das ciências naturais seriam um produto da capacidade humana de abstrair, sendo impossível obter-se provas empíricas, ou seja, não atenderiam ao método científico.

Lima Barreto encerra a crônica explicitando seu objetivo:

[...] eu pretendi com essas linhas ligeiras dizer que a Ciência (com C grande) não autoriza, no seu estado atual, nenhuma matança de seres humanos, por serem desta ou daquela raça (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 586).

Desse modo, além de questionar a cientificidade das teorias raciais, Lima ainda responsabiliza os defensores destas teorias por massacres promovidos pelo ódio racial em seu tempo: de armênios na Turquia, de judeus na Rússia e de negros nos Estados Unidos (LIMA BARRETO, 2004, v. 1, p. 585).

Lima Barreto acumulava recortes de jornal que noticiavam casos de violência motivados por ódio racial e artigos de periódicos que tratavam da questão racial. Ademais, sua biblioteca pessoal, batizada Limana¹⁵, cujo inventário o próprio escritor realizara, apresentava muitas obras de autores que debatiam raças humanas, como Haeckel¹⁶, Topinard¹⁷, Gobineau¹⁸,

14. Carolus Linneaus (1707-1778) foi responsável pela introdução do sistema binominal de nomenclatura, que organizava os seres vivos a partir do gênero e da espécie. O modelo estabelecido por Lineu transformou-se no modelo padrão para classificar e nomear os organismos. Porém, Lima Barreto parece não dominar a obra de Lineu. De acordo com Gould (2014, p. 21), Lineu teria sido o primeiro a dar uma definição formal das raças humanas (em termos taxonômicos modernos). Bethencourt (2018, p. 345) exemplifica a classificação de Lineu. Os europeus seriam: “pálidos, sanguíneos e musculosos, com cabelo sedoso amarelo ou castanho e olhos azuis; eram ágeis, perspicazes e inventivos; e cobriam-se com vestes apertadas, regulados pelos costumes e pelas leis.” Já os africanos seriam: “negros, fleumáticos e descontraídos; tinham cabelo preto encrespado, pele acetinada, nariz achatado e lábios grossos; eram indolentes, negligentes e astuciosos; untavam-se com gordura; e eram governados pelo capricho.”

15. A relação dos livros é reproduzida em Barbosa (1988, p. 283-296).

16. Ernst Haeckel (1834-1919) foi um zoólogo alemão. Defendia fortemente a hierarquia das raças, classificando os homens tanto em termos físicos quanto culturais. Em relação aos negros africanos, Haeckel afirmava que eles se encontravam próximos aos símios e que “nenhum povo de carapinha teve história verdadeira” (DÓRIA, 2007, p. 202-203).

17. Paul Topinard (1830-1911) foi um médico e antropologista francês. Discípulo do famoso anatomista e craniologista Paul Broca, defendia a hierarquia racial, acreditava nas raças como imutáveis e condenava a miscigenação racial (SCHWARCZ, 2017a, p. 67).

18. Arthur de Gobineau (1816-1882), diplomata, escritor e etnologista francês. Sua obra mais famosa é *Essai sur l'inégalité des races humaines*, em 4 volumes (1853-1855). Exerceu uma enorme influência na Europa e nos Estados Unidos com seu determinismo racial. Gobineau advogava uma visão das raças como inatas e imutáveis (BETHENCOURT, 2018, p. 380). Conforme descreve Skidmore (1976, p. 46-47), Gobineau foi transferido como ministro para o Rio, em 1869. O diplomata teria detestado o país devido à miscigenação (“Todo mundo é feio aqui, mas incrivelmente feio: como macacos”) e ao pavor de contrair febre amarela. Buscava encontrar justificativa para suas teorias racistas, desprezando todos os brasileiros devido à miscigenação. A população brasileira estaria fadada à extinção devido à degenerescência genética. Para Gobineau, a única solução seria a introdução das mais altas raças europeias.

Bouglé, Spencer, Le Bon¹⁹ etc. Conforme observa Schwarcz (2017b, p. 320), “Lima parecia acreditar que era preciso ‘conhecer’ para melhor ‘combater’.” O escritor reconhecia o espaço que estas ideias ocupavam na esfera pública, por isso, estudava-as para poder participar do debate e refutá-las.

Como exemplo do empenho de Lima Barreto para desacreditar as teorias que precognizam a inferioridade de negros e mestiços, ele envia uma carta em francês ao intelectual e darwinista social Célestin Bouglé em 1906. Nessa carta, o brasileiro relata que motivado pela leitura de *La Démocratie Devant la Science* de Bouglé, escrevia ao francês com o objetivo de “fornecer informações sobre as atividades dos mulatos no meu país”, pois “lendo seu belo livro, notei que você está a par das coisas da Índia e que você pouco sabe sobre os mulatos do Brasil” (LIMA BARRETO, 2017, p. 49).

Logo no segundo parágrafo da carta, Lima se define como “mulato”²⁰, literato e estudioso de questões sociais. Em seguida, apresenta que os grandes nomes da literatura brasileira, tanto na prosa quanto na poesia, seriam mestiços: Gonçalves Dias, Olavo Bilac e Machado de Assis. Além de destacar outras figuras de relevo no campo cultural e artístico, como o jornalista José do Patrocínio e o músico José Maurício, Lima Barreto afirma que grandes engenheiros, médicos, advogados, acadêmicos e juristas brasileiros seriam afrodescendentes. Conclui a missiva ressaltando seu propósito: “explicar certos juízos falsos a que o mundo civilizado submete os homens de cor” (LIMA BARRETO, 2017, p. 50).

Em *Da minha cela*, publicada no A.B.C. em 30 de novembro de 1918, Lima Barreto reflete sobre sua estadia no Hospital Central do Exército decorrente de contusões sofridas durante delírios alcoólicos. O cronista descreve que após prestar depoimento ao médico Murilo de Campos, no qual foi interrogado sobre seus antecedentes e sobre suas perturbações mentais, ele foi submetido a mais um procedimento:

Sofri também mensurações antropométricas e tive com o resultado delas um pequeno desgosto. Sou braquicéfalo; e, agora, quando qualquer articulista da *A Época* quiser defender uma ilegalidade de um ilustre ministro, contra o qual eu haja me insurgido, entre os meus inúmeros defeitos e incapacidades, há de apontar mais este: é um sujeito braquicéfalo; é um tipo inferior (LIMA BARRETO, 2004, v.1, p. 401).

Neste caso, Lima Barreto recorre à ironia e zomba das práticas (consideradas científicas à época) de mensuração antropométricas, que relacionavam a capacidade intelectual ao tamanho e à forma cérebro. Lima então revela que seu crânio possuiria um formato alongado

19. Gustave Le Bon (1841-1831) era um intelectual francês, cuja principal obra, *Les lois psychologiques de l'évolution des peuples* (1894), apresenta a tese de que a história é um produto da qualidade racial-nacional de cada região, sendo a emoção a principal força de evolução social. Apresentava um especial despreço pela miscigenação. Além disso, de acordo com Schwarcz (2017a, p. 82): “Com Le Bon, passava-se a empregar a palavra *raça* de preferência a *espécie*”.

20. O presente artigo opta por utilizar-se do termo “mulato” apesar de sua carga racista, para se manter fiel à terminologia empregada por Lima Barreto.

que, de acordo com as teorias da época, seria um dos traços de “degenerescência próprios das raças mestiças” (SCHWARCZ, 2017b, p. 401).

Lima Barreto (2004, v. 2) também recorre à ironia para desqualificar o poligenismo²¹ na crônica *A origem do homem*, publicada na revista *Careta* de 25 de junho de 1921. Nessa crônica dirigida ao antropologista anglo-canadense Charles Tout Hill, defensor do poligenismo, teoria que negava a existência de um ancestral comum ao homem (monogenismo) e “considerava brancos, índios e negros como espécies zoológicas diferentes” (ARTEAGA; ALMEIDA; EL-HANI, 2016), o cronista escreve com sarcasmo “Vossa Excelência pretende acabar com a teoria absurda de que nós todos temos uma mesma origem” (LIMA BARRETO, 2004, v. 2, p. 370). Assim como em *Considerações oportunas* (LIMA BARRETO, 2004, v. 1), o escritor carioca retoma a estratégia de ligar as teorias que defendem diferenças biológicas entre negros e brancos e casos de massacres motivados por diferenças de cor. Referindo-se aos linchamentos de negros nos Estados Unidos, interpela Hill : “quer dizer que Vossa Excelência admite como justas as execuções em massa de negros e mulatos que se fazem comumente nos Estados Unidos” (LIMA BARRETO, 2004, v. 2, p. 371).

Considerações finais

Foucault (2010, p. 214) destaca que o racismo se tornou um instrumento estatal de exercício do poder no século XIX. Esse racismo, caracterizado pelo filósofo como moderno, estatal e de face biologizante, passa a apresentar contornos definidos, fundamentando-se em:

uma política de povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes no nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, receberam então cor e justificação em função da preocupação mítica de proteger a pureza do sangue e fazer triunfar a raça (FOUCAULT, 2014a, p. 162).

Os discursos racistas encontram terreno fértil no Brasil do final do século XIX e início do XX, já que o país se voltava para a Europa em busca de novidades, conceitos e práticas para aplicar localmente e, assim, se modernizar.

21. Neste momento, cabe ressaltar que o monogenismo também admitia a defesa da hierarquia das raças. Conforme destaca Gould (2014), o poligenismo negava a existência de um ancestral único para a espécie humana e considerava as raças humanas como espécies biológicas diferentes. Consequentemente, boa parte dos poligenistas não acreditavam em igualdade de direitos. “Como os negros constituíam uma outra forma de vida, não participavam da ‘igualdade do homem’” (GOULD, 2014, p. 26). Após o sucesso das ideias de Darwin, os poligenistas passaram a admitir a existência de um ancestral comum perdido, mas afirmavam que as raças humanas estavam há tanto tempo separadas que neste espaço de tempo desenvolveram “diferenças hereditárias significativas quanto ao talento e à inteligência” (GOULD, 2014, p. 65). O monogenismo considerava a existência de um ancestral único (ancorados na tradição bíblica de Adão e Eva) e sustentava a unidade entre todos os povos. Isso não significava que os monogenistas consideravam todas as pessoas ou raças iguais. Para os monogenistas: “As raças humanas são produtos da degeneração da perfeição do Paraíso. A degeneração atingiu diversos níveis, menor no caso dos brancos e maior no caso dos negros. O clima foi invocado com mais frequência como principal causa da distinção racial” (GOULD, 2014, p. 26).

Foucault explicita a relação entre discurso, poder e saber. Os campos do conhecimento seriam determinados pela relação poder-saber e as lutas e os processos que o constituem (FOUCAULT, 2014b, p. 31). Isso ocorre, segundo Foucault (2014b, p. 189) porque o poder produz: “produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade.”

Poder e saber se articulariam nos discursos. E, com efeito, o discurso poderia existir, simultaneamente, como “instrumento e efeito de poder, e também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso veicula e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2014a, p. 110). Os discursos seriam elementos no campo das correlações de forças. Estas características permitiram a Lima Barreto produzir discursos antirracistas nas primeiras décadas do século XX, porque onde há poder, há resistência. E a resistência age e atua dentro da esfera do poder (não externamente a ele). As relações de poder não existiriam sem resistências de vários tipos: solitárias, desesperadas, violentas, lentas etc. (FOUCAULT, 2014a, p. 104). Contudo, Foucault (2014a) ressalta que as resistências não são somente o reverso do poder, o derrotado; são sim os interlocutores. Lima Barreto foi um dos interlocutores dos pontos de resistência.

Este artigo pretendeu demonstrar como Lima Barreto ocupou a posição de interlocutor, e produziu um discurso para combater o racismo científico que circulava na sociedade brasileira da época. O escritor utilizou-se dos próprios critérios de verdade estabelecidos pelo discurso científico para extirpar o valor de verdade (o que é tido como verdadeiro se faz obedecer) dos discursos racista-científicos e, assim, retirar-lhes poder.

Além do mais, ao articular as ideias do filósofo francês Michel Foucault e a obra de Lima Barreto, este artigo buscou valorizar a produção jornalística do escritor carioca, especialmente as crônicas. Geralmente, os estudos sobre sua atuação contra o racismo privilegiam os romances e contos, não atentando para a importância que os escritores e intelectuais do período atribuíam à imprensa. Para eles, colaborar com a imprensa era uma maneira de explicitar seus posicionamentos para um grande número de leitores (geralmente, maior que os leitores de seus volumes) e, assim, poder influenciar o debate público acerca das questões urgentes. Por fim, este artigo também pretendeu valorizar as crônicas de Lima Barreto não somente como textos literários, mas também como documentos úteis à historiografia que se dedica ao estudo das relações raciais na Primeira República.

Referências bibliográficas

ARTEAGA, Juanma Sánchez; ALMEIDA, Ronnie Jorge Tavares de; EL-HANI, Charbel Niño. A questão racial na obra de Domingos Guedes Cabral. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 1, p. 33-50, dez. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/hcsm/v23s1/0104-5970-hcsm-23-s1-0033.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BARBOSA, Francisco de Assis. *A vida de Lima Barreto: 1881-1922*. 7. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

BERGO, Antônio Carlos. *"Darwinismo social" e a educação no Brasil*. 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/253766>>. Acesso em: 24 out. 2020.

BETHENCOURT, Francisco. *Racismos: das Cruzadas ao século XX*. Tradução: Luís Oliveira Santos. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BOLSANELLO, Maria Augusta. Darwinismo social, eugenia e racismo "científico": sua repercussão na sociedade e na educação brasileiras. *Educar*, Curitiba, n.12, p. 153-165, 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40601996000100014&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 out. 2020.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo A. de Miranda (Orgs). *História em cousas miúdas: capítulos da história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.

CORRÊA, Felipe Botelho. A postcard to an anonymous reader: Lima Barreto's Brazilian diction in the magazine *Careta*. *Brasiliana: journal for Brazilian studies*, Londres, v. 2, n. 1, Mar. 2013. Disponível em: <<https://tidsskrift.dk/bras/article/view/7902>>. Acesso em: 24 out. 2020.

DÓRIA, Carlos Alberto. *Cadências e decadências do Brasil: o futuro da nação à sombra de Darwin, Haeckel e Spencer*. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/281054>>. Acesso em: 24 out. 2010.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2.ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2014a.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução: Lilian Holzmeister et al. 10.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 42.ed. Petrópolis: Vozes, 2014b.

GOULD, Stepan Jay. *A falsa medida do homem*. Tradução: Valter Lellis Siqueira. 3.ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Diário íntimo*. São Paulo: Globus, 2011.

_____. *Impressões de leitura e outros textos críticos*. Organização e introdução: Beatriz Resende; prefácio Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.

_____. *Toda crônica: Lima Barreto*. Organização: Beatriz Resende e Rachel Valença; apresentação e notas: Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Agir, 2004. v.1-2.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Literatura em movimento: Coelho Netto e o público das ruas. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Orgs.) *História em cousas miúdas: capítulos de história social da crônica no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 201-237. (Várias Histórias).

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto: o crítico e a crise*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

RESENDE, Beatriz. *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*. Rio de Janeiro: UFRJ; Campinas: UNICAMP, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.

_____. Lima Barreto: termômetro nervoso de uma frágil república. In: LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Contos completos*. Organização e introdução: Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017b.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SPENCER, Herbert. *Do progresso: sua lei e sua causa*. Tradução: Eduardo Salgueiro. Lisboa: Editorial Inquérito, 1939. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/progresso.html>>. Acesso em: 24 out. 2020.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo das letras: literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THÉRENTY, Marie-Ève. La crónica en el periódico francés del siglo XIX: ¿caso irónico, rúbrica mediática o taller literário? *Boletín*, Cidade do México, v. XI, n.1-2, p. 131-160, 2006. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/62998>>. Acesso em: 25 out. 2020.

VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.